

-----ATA NÚMERO 41/2016-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZASSETE DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.--**

-----Aos dezassete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Cidade do Funchal, no Centro Cívico de São Martinho, sede da respetiva Junta de Freguesia, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente José Jorge de Faria Soares, Chefe de Divisão Jurídica.-----

---Presentes, ainda, o Senhor Rui Anacleto Mendes Alves, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira, do PSD, bem como a Senhora Alicia Maria Faria Abreu, da Coligação Mudança, que preenche, ao abrigo da mesma disposição legal, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência da Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes.-----

---Além dos acima mencionados, estiveram também presentes os

Adjuntos do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e Paulo Pereira e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação João Beja, Énio Câmara, Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estar presente o Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues, cuja falta foi justificada pelo Senhor Presidente.-----

---Estiveram igualmente presentes, no início desta reunião e antecedendo o período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Duarte Luis Caldeira Ferreira, o Secretário da mesma, José António de Faria Castanha e o 2.º Vogal, José Luís Gouveia Sargo.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

---Dando início à sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho começou por agradecer a realização desta reunião naquela freguesia, afirmando ser uma honra receber o Senhor Presidente e Vereação executiva, bem como a não executiva que vão ouvir os anseios da população e da Junta. Declarou que tal se torna premente uma importante medida de descentralização, atendendo a que as juntas de freguesia consubstanciam-se no nível de administração que exerce as suas competências com maior proximidade das respetivas populações.--

---Prosseguindo, afirmou que quando assumiu funções encontrou

uma Junta de Freguesia estagnada, e que se limitava a efetuar algumas reparações de veredas a valores astronómicos, e limpezas no período de verão. Ao nível social dava alguns apoios a instituições, cabazes no natal e pouco mais. Atividades culturais eram inexistentes e os apoios aos alunos também eram escassos.—

---Continuou, declarando que quando a sua equipa iniciou o mandato, depararam-se com uma situação financeira preocupante, pois além de 80€ (oitenta euros) na conta, a dívida era superior a 110.000€ (cento e dez mil euros). Muito para um orçamento de freguesia, sem qualquer possibilidade de recorrer a renegociação de dívida ou de empréstimos que colmatassem as necessidades mais premente. Foi então diligenciado pela renegociação dos contratos existentes, assim como pela diminuição dos custos fixos, para que a Junta de Freguesia adquirisse capacidade de investimento.-----

---Dando seguimento à sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia elencou algumas das iniciativas levadas a cabo no seu mandato, destacando na área cultural a recuperação de eventos como as “Noites de Verão” e o “Festival Folclórico de São Martinho.” Acresce ainda a organização e apoio por parte da Junta de Freguesia de diversas exposições de pintura e escultura, bem como de arte urbana. Face a tudo isto, poder-se-á afirmar que em São Martinho foram criados verdadeiros polos culturais.-----

---Continuando e no respeitante à área social, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia enfatizou que atualmente a Autarquia tem um programa em que atribui quinze bolsas de estudo a estudantes

de São Martinho, ao contrário do que sucedia no mandato anterior em que apenas três pessoas eram contempladas. “A Junta de Freguesia apoia igualmente muitos alunos do ensino obrigatório, tem programas de recuperação de habitações, programas de ajuda alimentar e apoios de emergência, além de apoio às escolas ao longo do ano inteiro. Este ano pela primeira vez desenvolvemos um ATL na freguesia, onde participaram cerca de noventa crianças durante os meses de julho, agosto e setembro”, frisou.-----

---Posteriormente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu que no que concerne ao Desporto, a Autarquia tem promovido as valências associadas à formação jovem e de manutenção, seja através de apoios a instituições que promovem atividades na freguesia, e também com a realização de provas organizadas pela Junta de Freguesia, como é o caso do “São Martinho Ativo”, evento que em setembro reuniu mais de mil atletas em cerca de vinte cinco modalidades, um pouco por toda a freguesia. -----

---Na área do Ambiente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia começou por se congratular em ter uma freguesia limpa e arranjada, não apenas nas zonas turísticas, mas igualmente pelo restante território, com manutenção permanente dos becos e veredas e dos jardins que estão a cargo da Junta de Freguesia. -----

---Prosseguindo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia orgulhou-se de em dois mil e catorze, São Martinho ter sido a primeira freguesia do Concelho do Funchal onde ocorreu o

Orçamento Participativo, que decorreu em simultâneo com o promovido pela Câmara Municipal, sendo que todas as obras que resultaram daquela iniciativa já se encontram executadas. Este ano, a Junta de Freguesia iniciou a segunda edição do Orçamento Participativo, estando as propostas apresentadas em fase de estudo para passarem à fase seguinte de votação.-----

---No respeitante à gestão do Centro Cívico, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia acentuou que o mesmo se encontra amplamente dinamizado, com muitas atividades a decorrerem naquela estrutura ao longo de todo o ano. Existem aulas de música, diferentes desportos, informática, línguas estrangeiras, secretariado e outras áreas profissionais, costura, artes manuais, pintura, entre outras. Se no passado nada acontecia, hoje existem dificuldades em arranjar agenda para todas as atividades.-----

---Relativamente à Educação, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que são efetuadas pequenas reparações nas escolas do 1.º Ciclo, tendo destacado a recente pintura que foi efetuada na Escola do Areiro.-----

---Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia abordou as parcerias existentes com a Câmara Municipal, afirmando que o trabalho em conjunto com o Município do Funchal e as suas empresas municipais, é muito importante para o desenvolvimento de São Martinho, seja em obras efetuadas, seja em serviços prestados aos munícipes.-----

---O Senhor Presidente da Junta de Freguesia começou por

destacar o festival de culinária, “Jardim dos Sabores”, evento que tem granjeado uma assinalável adesão da população e que é organizado pela Junta de Freguesia com o apoio do Município e da empresa municipal “Frente MarFunchal, E.M.”.-----

---Continuando, e em relação ao Ambiente, afirmou que “esta é uma área sensível, não só para quem nos visita, como também para quem vive e trabalha na cidade. A Junta de Freguesia está em permanente contato com a Câmara Municipal, de modo a proporcionar uma freguesia mais limpa e mais amiga do ambiente. Para o efeito, a Junta de Freguesia colabora com a Câmara Municipal, seja nos arranjos de jardins, limpeza urbana e na recolocação dos ecopontos, com especial destaque para a melhoria nas rampas de colocação dos contentores de resíduos urbanos”.----

---Prosseguindo na sua intervenção, reportando-se agora à Mobilidade, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia aludiu que a autarquia a que preside não tem a capacidade técnica para efetuar qualquer modificação ou melhoramento nesta área. Contudo, afirmou que muitas vezes a Junta de Freguesia é a voz dos munícipes, transmitindo à Câmara Municipal as suas necessidades. Por ser exaustivo, não apresenta aqui os pedidos de estudo efetuados, sendo certo que todos aqueles que sejam exequíveis, serão a seu tempo implementados.-----

---Seguidamente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia elucidou que igualmente têm existido parcerias entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, com a execução de diversos

troços de esgotos, principalmente em zonas pedonais.-----

---Na área social, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia aludiu ao facto de existirem duas pessoas a serem formadas nos serviços da autarquia, através do Programa Municipal de Formação em Contexto de Trabalho. Igualmente elucidou que a Junta de Freguesia foi parceira no programa “Mexe-te”, com duas turmas que receberam formação na Junta de Freguesia, além de existir uma estreita e permanente colaboração no encaminhamento de pessoas para os programas sociais da Câmara Municipal.-----

---Seguidamente e no domínio da Proteção Civil, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que São Martinho é dos locais mais seguros da cidade. Como prova disso, a freguesia não tem sido afetada nem por incêndios, nem aluviões. Quando ocorrem estragos, de um modo geral são pouco relevantes. Como tal, é o local ideal para operações de socorro e de logística em caso de catástrofe. Nos incêndios de agosto passado, foi constituído um posto de acolhimento para desalojados nas instalações da Junta de Freguesia, onde pernoitaram várias noites mais de trinta famílias, abrangendo cerca de cem pessoas. Uma logística montada em poucas horas, onde se agradece a muitos voluntários que por cá passaram assim como muitas instituições que deram o seu contributo. Este trabalho só foi possível devido à dedicação de muitas pessoas da Câmara Municipal, assim como as Assistentes Sociais da Segurança Social.-----

---Reportando-se agora à ação da Câmara Municipal em São

Martinho, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia começou por referir que estando em causa a importância da maior zona hoteleira da Região, faz com que seja necessário ter um cuidado redobrado nesta freguesia. Talvez seja por isso que estejam aqui muitos jardins municipais, alguns deles de grande dimensão. Isso significa muito trabalho, numa área onde os recursos são cada vez mais escassos. É necessário otimizar as tarefas, de modo a aumentar a sua eficiência.-----

---Neste particular, acentuou as grandes limpezas dos Bairros Sociais, iniciadas há três anos atrás, e que vieram devolver a dignidade a esses espaços e que a população merecia. Entrar hoje no Bairro da Nazaré é uma agradável surpresa. Destacou o Bairro da Nazaré, que tem sido alvo de intervenções de limpeza e higiene urbana periódicas, numa parceria bem conseguida entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, as associações e demais moradores daquela zona. O Bairro encontra-se, neste particular, bem melhor do que há anos atrás, afirmando o senhor Presidente da Junta de Freguesia que sente que os residentes têm atualmente orgulho no seu bairro.-----

---No tocante a obras públicas, recentemente a obra de requalificação da rede de esgotos e de águas na Fé, apesar dos transtornos causados, foi muito importante, pois como é do conhecimento de todos, essas redes estão muito envelhecidas, em resultado da fraca aposta no passado na sua manutenção. A pavimentação final dessa via veio a repor a normalidade a essa

zona. Neste particular, houve nesta zona uma falha estratégica num passado recente, pois permitiu-se a implantação de um grande núcleo habitacional, sem pensar nas estradas existentes, que são claramente insuficientes e estranguladas. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia declarou ainda que a recuperação do Caminho do Poço Barral fora uma obra de grande importância para a freguesia, dado o movimento que essa via tem permanentemente. Em jeito de conclusão deste ponto, afirmou que o Lido, sendo grande infraestrutura da cidade, a sua abertura fez com que o Município e a Freguesia muito ganhassem na área do lazer.-----

---Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia explanou as necessidades que do seu ponto de vista, São Martinho possui e que gostaria de ver solucionadas, dentro das possibilidades da Câmara Municipal.-----

---Começou por aludir à Levada dos Piornais. A importância desta levada numa malha urbana é muito elevada, pois serve de canal de rega da zona baixa da freguesia, serve muitos moradores, além de ser muito visitada pelos turistas. Solicita que seja estudada a sua melhoria, quer ao nível de piso, segurança e sinalética, se necessário recorrendo a programas de financiamento da União Europeia ou mesmo através de contratos-programa com o Governo Regional, pois julga-se ser uma levada de grande interesse para a Região.-----

---Seguidamente, reportou-se ao facto de São Martinho ser uma

freguesia que proporciona belas vistas, no entanto não possui nenhum miradouro. Há diversos locais com elevado potencial, dos quais destaca-se o Pico da Igreja, propriedade da Diocese e também o núcleo de pinheiros mansos no Pico Funcho. Julga que qualquer uma destas situações importa investimentos de baixo custo.-----

---Posteriormente, apelou à necessidade da poda de árvores, que reputa de permanente, pois existem vários problemas que ocorrem quando as árvores não são podadas. O perigo de queda de galhos em dias ventosos aumenta bastante, assim como o tapar da iluminação pública.-----

---Prosseguindo, e referindo-se agora à água de rega, afirmou que todos os verões há sempre o problema de falta da mesma, tendo como consequência que alguns jardins fiquem irremediavelmente destruídos. Julga que é necessário procurar as fugas de água existentes, e procurar soluções de maior armazenamento.-----

---Relativamente à rede viária, possuindo São Martinho cerca de trinta quilómetros de veredas e caminhos pedonais, considera-se necessário um investimento em alargamentos, proporcionando assim melhores vias. Entre os vários pedidos já efetuados ao Senhor Vereador com o pelouro das Obras Municipais e Infraestruturas, destaca-se o alargamento da Rampa do Castanheiro e das Escadinhas do Padre Caldeira, bem a necessidade de uma nova rua para a Fé que colmate as dificuldades que os moradores dessa zona sentem diariamente.

Igualmente e no respeitante à recuperação de asfaltos, existem diversas vias com necessidade de recuperação do piso, entre as quais o Caminho de São Martinho, Caminho das Virtudes, Caminho do Amparo, Estrada Monumental, Rua Dr. Pita, Caminho do Pilar, entre outras.-----

---Quanto às acessibilidades pedonais, é necessário a construção de passeios na Rua Dr. Pita, desde o Túnel da Nazaré até à Escola Secundária Gonçalves Zarco, bem como a construção de um passeio no Caminho de Engenho Velho, em frente à Prebel. Igualmente, existe a necessidade de melhorar a iluminação de algumas passadeiras. -----

---No respeitante à rede de esgotos, e pelo facto de parte da freguesia ser virada para o lado de Câmara de Lobos, um grande volume dos esgotos tem de ser bombado para o lado este. Quando foi programada a expansão da cidade para o lado oeste, não capacitaram esta zona de uma rede de esgotos adequada aos previsíveis caudais. Serão precisos investimentos avultados de modo resolver esta questão. Com a construção da ETAR em Câmara de Lobos, possivelmente este problema poderá ser invertido. Já em relação à rede de água, trata-se de outra rede que se encontra envelhecida, sendo isso a causa de derrames frequentes. Existem também algumas zonas que são abastecidas por canalizações antigas de secção muito pequena, fazendo com que a água que chega à casa das pessoas seja muito pouca.-----

---Em relação à área da habitação, na zona do Poço Barral existe

talvez o único bairro de lata da cidade, conhecido como o “Bairro da Robbialac”. É necessário procurar uma solução para acabar com as condições precárias dos trinta e três agregados familiares lá existentes.-----

---Concluindo a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia abordou as delegações de competências do Município na Junta de Freguesia. Declarou que a proximidade de uma Junta de Freguesia com a população, a sua agilidade na decisão e processos devido à sua pequena dimensão em vários níveis, faz com que defenda um aumento de delegação de competências, nomeadamente nas áreas da limpeza urbana, manutenção das escolas do 1º ciclo, manutenção da sinalética de trânsito, reparação ligeiras da rede de água, pequenos melhoramentos das vias, nomeadamente nos passeios e acessibilidades, entre outros. Sabemos que há ao nível do governo central a intenção de aumento de competências para as Juntas de Freguesia, mas consideramos importante que o município siga a política de confiança nas Juntas de Freguesia, com reforço nas áreas atrás mencionadas ou outras que se considere como uma mais-valia para a população.-----

---O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Saudou o bom relacionamento que a Câmara Municipal vem mantendo com a Junta de Freguesia de São Martinho, que tem sido essencial para que as atuações conjuntas entre as duas entidades decorram de forma articulada e bem-sucedida, com claro benefício para as

populações.-----
---Prosseguiu, afirmando que a freguesia de São Martinho, efetivamente, tem algumas particularidades muito próprias e distintivas. Possui uma grande diversidade a nível do uso do território, já que parte da sua área é dotado de uma vasta malha urbana, mas por outra via possui uma componente rural acentuada, atendendo a que possui vários terrenos com bananeiras e outros cultivos agrícolas. De facto, foi uma freguesia que se expandiu muito, o que foi positivo, mas que revela alguma desigualdade e assimetria, considerando que na sua área existem habitações ricas e imóveis dos mais valiosos do Município e da Região, coexistindo os mesmos, por exemplo, com o maior bairro social.-----

---O Senhor Presidente da Câmara igualmente elogiou o mandato do atual executivo da Junta de Freguesia, destacando, de entre os vários aspetos positivos da sua atuação, a oferta cultural, tornando-a acessível a toda a população e não apenas aos setores da sociedade mais favorecidos. Colocou em relevo a intervenção da Junta de Freguesia na área social, salientando que a mesma tem um papel determinante nos diversos apoios que concede aos estratos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis, contribuindo desta forma para a melhoria das condições e qualidade de vida dos mais necessitados. Por outro lado, realçou o papel que a Junta de Freguesia tem tido junto das escolas do 1.º Ciclo, prestando-lhes uma relevante e importante contribuição na manutenção das

mesmas, o que beneficia em muito a comunidade educativa.-----

---Continuando, o Senhor Presidente declarou que a Câmara Municipal tem-se preocupado com a melhoria das acessibilidades da freguesia, efetivando pequenas obras, mas de grande importância, em becos, impasses e veredas. Também existiram investimentos mais avultados e visíveis tais como a requalificação e remodelação do Complexo Balnear do Lido e as intervenções efetuadas em arruamentos estruturantes da freguesia de que são exemplo o Caminho da Fé e o Caminho Poço Barral. Os elementos do Executivo Municipal têm visitado os locais que considera serem carecidos de intervenções, bem como tem existido um acompanhamento dos serviços municipais nestas situações. Estão a ser estudadas as melhores formas de investir nas acessibilidades, reconhecendo-se que algumas situações detêm grande complexidade. Constitui um exemplo as Escadas do Padre Caldeira que possuem um declive acentuado, o que dificulta a intervenção. Mas a Câmara Municipal está a analisar com pormenor esta situação, reitera-se.-----

---Finalizando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que está disponível, dentro dos limites da lei, para aumentar as delegações de competências, até porque as freguesias estão a exercer as competências delegadas pelo Município de uma forma bem-sucedida. Estão a trabalhar muito bem. Será matéria com certeza a analisar aquando da assinatura dos próximos acordos de execução.-----

---Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, começou por cumprimentar o Senhor Presidente e restante executivo da Junta de Freguesia de São Martinho em nome do conjunto de vereadores da força política que representa. Afirmou que as Juntas de Freguesia sem dúvida que assumem um papel determinante no zelo e bem-estar das populações, por constituírem o nível de poder que é exercido mais próximo dos cidadãos.-----

---Prosseguindo na sua intervenção, referiu que partilha da ideia do Senhor Presidente da Junta de Freguesia quanto ao alargamento das delegações de competências nas Juntas de Freguesia, acompanhadas das respetivas transferências financeiras. Deixou vincado que na última discussão do Orçamento defendeu esta ideia e a necessidade do reforço de verbas municipais para aquelas autarquias, considerando que ainda são insuficientes.-----

---Continuando, a Senhora Vereadora afirmou que vê com muita satisfação a dinamização das atividades culturais, desportivas e outras de caráter lúdico na freguesia e fez saber que partilha das preocupações apresentadas pelo executivo da Junta de Freguesia, mormente as associadas às acessibilidades, pavimentação e redes de esgotos e águas, atendendo a que as mesmas são justificadas. Exemplificou com a Levada dos Piornais, situação sensível a nível da limpeza, atendendo a que naquela zona existem focos de poluição. Julga que será necessário apostar na educação ambiental e na sensibilização das pessoas, de forma a melhor combater este

problema.-----

---Por último, registou com muito agrado que exista uma estreita parceria e um bom relacionamento entre a Câmara Municipal, as empresas por si tuteladas e a Junta de Freguesia, pois só assim é que se consegue fazer um bom e meritório trabalho em prol das populações. Apenas lamenta que esta boa relação não seja extensível a todas as Juntas de Freguesia do Funchal.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal retorquiu que a Senhora Vereadora Vanda de Jesus está a confundir as situações. Não é segredo para ninguém que o Presidente da Câmara Municipal mantém uma relação de amizade com o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, mas tal facto, em momento algum, interferiu com as opções políticas do Município. Da análise do Plano de Investimentos da Câmara Municipal, concluir-se-á que existem freguesias que são mais contempladas com os apoios municipais que São Martinho. Veja-se o caso de São Roque que é a mais apoiada e cujo executivo é do PSD.-----

---Respondeu a Senhora Vereadora Vanda França, do PSD, que São Roque e São Martinho têm as suas especificidades, sendo que a primeira foi uma das freguesias do Funchal mais fustigadas pelos incêndios.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, começou por saudar o Senhor Presidente e restante executivo da Junta de Freguesia de São Martinho. Frisou que esta freguesia, sem dúvida, é um espelho de toda a cidade do Funchal,

atendendo a que detém, como características, uma parte urbana acentuada, bem como zonas intermédias e zonas altas. Por outro lado, revela desigualdades, pois tem zonas bastante ricas, onde residem pessoas de estratos sociais elevados, mas igualmente existem locais onde pontifica a pobreza.-----

---Continuando, regista com apreço a dinâmica que a Junta de Freguesia tem incutido em São Martinho na área social, cultural, e regra geral, em todas as outras aludidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia na sua intervenção.-----

---Prosseguindo, fez questão de alertar para uma situação, a exemplo do que já fez em ocasiões anteriores, que urge resolver a questão da sinalética e da divulgação do Jardim de São Martinho. Trata-se de um espaço que custou muito dinheiro ao erário público, mas que infelizmente é pouco visitado. Nem uma placa de sinalização existe. A Câmara Municipal tem de por cobro a este problema, atendendo a que este jardim tem muitas potencialidades que não estão a ser aproveitadas.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, começou por saudar o Senhor Presidente e restante executivo da Junta de Freguesia de São Martinho. Manifestou apreço pelo trabalho que a Junta de Freguesia tem desenvolvido, instando a que haja um reforço ainda maior no respeitante aos apoios sociais à população.-

---Continuando, declarou que é absolutamente a favor que existam mais competências delegadas na Junta de Freguesia, com o correspondente e necessário reforço de verbas. Esta foi sempre

uma luta da CDU que remonta já a anteriores vereações. Inequivocamente esta premissa justifica-se, pelas Juntas de Freguesias serem o nível de poder exercido mais perto das populações e que estarão em melhores condições de corresponder aos seus anseios.-----

---Mais referiu, e a nível da caracterização da freguesia, que a mesma é muito urbana e turística, julgando mesmo que cerca de aproximadamente noventa por cento (90%) da hotelaria e similares do Funchal, possivelmente estará localizada em São Martinho. Por outro lado, na mesma freguesia temos a Nazaré, um exemplo de uma construção de um bom bairro social, não obstante os problemas sociais que ali existem. Existe ainda a possibilidade de o novo hospital público surgir na freguesia, haja solidariedade nacional, trabalho e entendimento entre os partidos com assento na Assembleia da República que têm deputados madeirenses, bem como da parte do Governo da República. Além disto, parecem existir perspetivas que nasça um hospital privado na freguesia, o que é positivo.-----

---Prosseguindo, declarou que existem ainda vários problemas por resolver em São Martinho, bem como no resto do Concelho. Foi por esse motivo que a CDU apresentou uma proposta de contração de um empréstimo de €5.000.000 (cinco milhões de euros), com o intuito de essa verba ser investida na rede viária na qual se inclui a Vereda do Pico do Funcho de Baixo, habitação e no Gabinete Técnico das Zonas Altas.-----

---No que concerne a intervenções na freguesia, começou por aludir à recuperação e valorização dos picos de São Martinho, exemplificando com o Pico do Funcho, que apresenta, sinais de degradação. Outra situação que se torna necessário resolver é a da Rampa do Castanheiro e a melhoria dos acessos ali existentes, embora já esteja acordado com o atual Executivo Municipal e com o Departamento de Infraestruturas e Equipamentos da autarquia o estudo e acompanhamento desta situação. Alertou igualmente, à semelhança de ocasiões anteriores, do que ocorre com a atividade industrial da PREBEL e dos prejuízos que a mesma acarreta para o bem-estar e conforto dos moradores daquela zona, bem como para o ambiente e saúde pública. Ressalvou, contudo e em relação a este último aspeto, que tem consciência que a solução não depende unicamente da atuação da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, mas sim da administração regional.-----

---Seguidamente, abordou a situação da Praia Formosa, provavelmente a grande estrutura balnear de futuro e o único espaço não pago, de acesso ao mar, no Concelho do Funchal.-----

---Aquando desta afirmação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, afirmou que não era o único espaço não pago, mas sim o maior espaço não pago, porque existiam outros acessos ao mar no Funchal que eram gratuitos, mas de menor dimensão.-----

---Dando continuidade à sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, deu conta que fora efetuado um abaixo-

assinado, subscrito pelos frequentadores da Praia Formosa, e dirigido ao Governo Regional e ao Município do Funchal, a exigir que estas entidades desencadeiem os procedimentos para aquisição ou expropriação da área necessária a garantir a livre fruição daquela zona balnear por parte da população, bem como para assegurar a faixa de território de cerca de cinquenta metros, a contar da linha média da baixa-mar para o interior, que corresponde ao domínio público marítimo. Tal se justifica devido à decisão da Comissão do Domínio Público Marítimo em declarar a propriedade privada de parte daquela zona. Mais acrescentou, e ainda relativamente à Praia Formosa, que a CDU não desistirá, em sede de Plano Diretor Municipal, de ser prevista para ali uma zona de equipamentos, tendo em vista a construção de um centro de juventude.-----

---No respeitante à Levada dos Piornais, comunga das preocupações partilhadas. É preciso ter presente que não se está apenas perante uma levada, mas igualmente um percurso que tem natureza de vereda, porque é acesso dos moradores às suas casas. A CDU quando se deslocou ao local, constatou que terá de existir uma intervenção a vários níveis, desde a construção de pavimentos, a colocação e melhoria de iluminação pública, a remoção do lixo, entre outros aspetos.-----

---Posteriormente, alertou para a necessidade premente de ser concretizada a construção da via pedonal que ligue a sede da Junta de Freguesia de São Martinho ao Centro de Saúde. Falou-se

muito da possibilidade de esta empreitada ser levada a cabo, mas ainda não se fez nada.-----

---Por fim, e quanto à questão social, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, afirmou que continuam a existir grandes problemas no Bairro da Nazaré, elegendo como razão principal para que os mesmos sucedam, a elevada taxa de desemprego ali existente. Mostrou-se convicto que esta mesma grande taxa de desemprego, subseqüentemente, dá origem a que ocorram as demais situações graves e que são do conhecimento público.-----

---Solicitando o uso da palavra, o que lhe foi concedido, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, reportando-se à Levada dos Piornais, esclareceu que a autarquia a que preside efetua regularmente a limpeza daquela zona. Contudo existem situações complexas, como as áreas onde existem areões. Neste caso, procede-se à limpeza e pouco tempo depois, a zona encontra-se outra vez com o mesmo tipo de materiais. Igualmente, a Junta de Freguesia procedeu a algumas obras no piso, pois partilha do entendimento que a Levada dos Piornais também tem a natureza de vereda. Contudo, as obras carecem sempre de autorização dos proprietários, atendendo à natureza privada daquele espaço. Por fim, e em relação ao Jardim de São Martinho, a Junta de Freguesia pediu uma placa identificativa à Câmara Municipal, que foi fornecida.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, referindo-se à Levada dos Piornais, afirmou que os que ali ocorrem já

remontam há muitos anos. Lembra-se de quando era técnico da Câmara Municipal, na área do Ambiente, existiam problemas associados à remoção de resíduos, atendendo à dificuldade em percorrer toda a levada. Da sua perspetiva, torna-se necessário, entre outras medidas, apelar à sensibilidade dos munícipes.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciado este período, o Senhor Presidente da Câmara começou por manifestar a sua surpresa, para não dizer perplexidade, pela notícia publicada hoje no Diário de Notícias da Madeira, com o título “Turismo dá parecer condicionado ao PDM”. Esclareceu que entregou a proposta de plano aos serviços competentes do Governo Regional, e que se encontra a aguardar a receção dos pareceres daqueles organismos. Assegurou que os mesmos ainda não foram remetidos à Câmara Municipal, desconhecendo por este motivo o seu conteúdo. Acontece que pelos vistos os mesmos já devem ter sido elaborados, pois o seu conteúdo foi extravasado na comunicação social escrita, fazendo com que a autarquia tenha conhecimento previamente pelos jornais, em vez de pelos canais legais e regulamentares, existentes para o efeito. Lamenta esta atitude do Governo Regional, em particular do Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura, ainda para mais quando ainda há pouco tempo foi apregoado que o Governo mantém um bom relacionamento com as autarquias, independentemente da sua cor política.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, e continuando a se reportar

à referida notícia, o Senhor Presidente declarou que não obstante os pareceres não lhe terem sido remetidos, não se exime a comentar o conteúdo da peça jornalística. A proposta de PDM contém um pacote de medidas de incentivo aos estabelecimentos hoteleiros, associando-os harmoniosamente ao conceito de reabilitação urbana que este Executivo Municipal introduziu e está a implementar. Inclusive estão previstas majorações do índice de construção. Agora, um dos princípios que se encontra insito nesta proposta é o da contenção do perímetro urbano, que se justifica por razões de segurança, mormente dos riscos de incêndio – relembre-se o que sucedeu em agosto – bem como pela valorização da paisagem do Concelho. O Senhor Secretário alude particularmente ao Monte, de uma forma crítica, para não dizer deselegante, mas nesta freguesia um dos usos predominantes é precisamente o que se reconduz ao turismo. Privilegia-se a reabilitação, desde que, como é curial, sejam respeitados parâmetros e regras urbanísticas, e neste particular, tem-se em consideração, precisamente, as quintas madeirenses que se pretendem ver preservadas e restauradas. Resta concluir que o Senhor Secretário ou não tem conhecimento da proposta de plano, foi mal informado ou então tem dois pesos e duas medidas, consoante o que lhe interesse mais. Esta proposta de PDM norteia-se pela ideia de um desenvolvimento turístico equilibrado, que não coloque em causa o património.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD,

questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca da razão pela qual ainda não se ter efetuado uma reunião com todos os vereadores que verse sobre a proposta de PDM. “No passado, em vereações anteriores, sempre se fez isso em relação a outros planos. A equipa técnica, responsável pela elaboração e acompanhamento dos instrumentos de gestão territorial, fazia uma apresentação, facultava todas as explicações que lhe eram solicitadas, o que dava uma noção da realidade que estava em causa”, acrescentou.-----

----- - O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que as críticas que exprimiu não se dirigiam aos vereadores, mas sim ao Secretário Regional e à sua declaração de conteúdo político. Na sua opinião, deverá se aguardar pelos pareceres e relatório final, e então fazer a apresentação sugerida pelo Senhor Vereador João Rodrigues, a ocorrer antes do período de discussão pública.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, exprimiou o seu descontentamento, afirmando que estas matérias não deveriam de andar na imprensa, pois tal pode dar origem a especulação, com efeitos nefastos para terceiros de boa-fé.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, declarou que o relacionamento entre o Governo Regional e o Município do Funchal tem de se pautar pelo interesse da cidade. Os conflitos institucionais não beneficiam nada nem ninguém. Criam dúvidas aos investidores por um lado, e por outro poderá dar origem a situações de informação privilegiada onde uns são

beneficiados e outros prejudicados. Repudia este tipo de comportamentos, pois a cidade é importante para todas as instituições, ou não estivéssemos a falar da capital da Região Autónoma da Madeira.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, afirmou que no passado nada disto acontecia. Existia um cuidado extremo na análise das questões e na gestão de todo o processo.-----

-----Seguidamente, o grupo de Vereadores do PSD, apresentou quatro requerimentos por escrito, a saber, “Requerimento para informações detalhadas sobre a Frente MarFunchal, E.M.”, “Requerimento para informações detalhadas sobre a SocioHabitaFunchal, E.M.”, “Requerimento de informação sobre o valor canalizado para Publicidade, Promoção, Marketing e Eventos Culturais e Desportivos” e “Requerimento de informação sobre protocolos e contratos-programa com associações de solidariedade social e com entidades sem fins lucrativos”.-----

---Os requerimentos foram aceites e irão ser reencaminhados para as empresas e serviços municipais competentes, para que seja fornecida a informação solicitada.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, alertou que ainda aguarda que lhe sejam fornecidos os elementos respeitantes ao projeto do “Funchal Card” que requereu.-----

----- - No uso da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou para as situações abaixo elencadas e que necessitam de resolução:-----

--- - Na Rua Simplício dos Passos Gouveia existe a necessidade de sobrelevar as passadeiras, de forma a garantir a segurança dos peões, face ao elevado tráfego automóvel daquele arruamento;-----

--- - Na Rua Levada dos Barreiros existe uma obra particular que parece estar a ultrapassar os limites da propriedade privada e a invadir a zona de domínio público;-----

--- - Na zona circundante ao miradouro do Pico dos Barcelos existe um conjunto de prédios devolutos que se encontram em estado lastimável, dando uma má imagem aos turistas e demais pessoas que visitam aquela zona;-----

--- - Mais uma vez chama a atenção para a necessidade de sinalização de alguns pontos turísticos. Há uma necessidade de repor a sinalética no centro da cidade, pois a existente encontra-se em mau estado;-----

--- - Na Estrada Regional 103, no troço da Ribeira das Cales, existe uma cedência perigosa na berma da estrada, como já havia sido alertado pelo Prof. Raimundo Quintal. É necessário oficiar o Governo Regional, de maneira a que este problema seja obviado;---

--- - Volta a alertar para o cuidado que é necessário ter com as autorizações para as feiras a se realizarem no Jardim Municipal. A falta de cuidado e estética na colocação dos expositores confere uma má imagem ao centro da cidade;-----

--- - É necessário proceder à recuperação do Quartel dos Bombeiros Municipais e conferir melhores condições à atividade destes profissionais.-----

-----Concluiu a sua intervenção, questionado se estão reunidas as condições para que possa ser pago o subsídio de insularidade aos funcionários municipais, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, desde que cumpridos os formalismos legais. Mas que desenvolveria este ponto mais à frente, atendendo a que existe um ponto da ordem do dia que versa sobre esta matéria em concreto.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, exprimiu a sua preocupação acerca da execução de algumas empreitadas que resultariam da celebração de contratos-programa entre o Governo Regional e o Município do Funchal, de que constituem exemplos as atinentes ao alargamento da Vereda da Cova ou a beneficiação do Caminho do Lombo. Questionou se as negociações continuam e se o Governo Regional demonstrou abertura na outorga dos referidos acordos. Aconselhou a Câmara Municipal a entrar em contacto com as diferentes forças políticas com assento na Assembleia Legislativa da Madeira.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, alertou para a muralha do parque de estacionamento da Tecnovia, que não parece estar em condições que ofereçam segurança.-----

-----Posteriormente questionou se havia evolução na situação relacionada com o “Madeira Magic”.-----

-----Continuando, solicitou que lhe fosse esclarecido o conteúdo de uma notícia veiculada pelo Diário de Notícias da Madeira, na sua edição de cinco de novembro, onde vinha plasmado que a

Câmara Municipal tinha emitido um parecer sobre uma proposta de Decreto Legislativo Regional que está relacionada com o sistema de gestão territorial na Região Autónoma. Questionou se a Autarquia foi mesmo ouvida pela Assembleia Legislativa da Madeira, atendendo a que estão em causa competências do Município e que forçosamente este terá de emitir opinião.-----

----- - Em relação a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a pedido da Presidência, a Divisão de Estudos e Estratégia, com a colaboração do Departamento de Ordenamento do Território e do Departamento Jurídico e de Fiscalização, elaborou um parecer do Município sobre um projeto de diploma regional que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e urbanismo na Região Autónoma da Madeira e define o respetivo sistema regional de gestão territorial. De entre várias sugestões formuladas nesse parecer, foi alertado para o conteúdo de determinadas normas que poderiam envolver um retrocesso e uma ingerência nas competências municipais, e que em última instância poderiam ser passíveis de inconstitucionalidade. Um exemplo é a obrigatoriedade do parecer do Governo Regional, após o período de discussão pública dos planos. Mais foi informado que esta pronúncia não foi solicitada pela Assembleia Legislativa, mas sim pela Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais para recolha de sugestões dos municípios. O projeto de diploma ainda não transitou para a Assembleia Legislativa, e normalmente quando é remetido a este

órgão, a sua Comissão Especializada competente solicita parecer aos municípios, via AMRAM.-----

----- - Pedindo a palavra, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, esclareceu que se trata de uma auscultação durante o processo de feitura do diploma por parte do Governo Regional e que visa colher o contributo dos municípios e envolve-los na elaboração. Mais estranhou algumas opiniões apontadas, pois quando o Governo Regional não ouve os municípios é criticado, quando lhes solicita a opinião é o que se conhece.-----

-----Finalizando a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, solicitou esclarecimentos acerca de como decorre o procedimento de sinalética dos estacionamento de moradores na Entrada das Casas Novas, em Santa Luzia, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que paulatinamente estão a ser colocados os novos sinais devidamente homologados.---

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação do processo que se segue (*Protocolo*).-----

1 - PROTOCOLO:-----

----- - **Protocolo a celebrar entre o Município do Funchal e a Associação dos Industriais de Táxi da Região Autónoma da Madeira - AITRAM - Aprovação da Minuta:** - Presente proposta

de deliberação, que abaixo se transcreve, acompanhada da Minuta do Protocolo que dela faz parte, a qual constitui o anexo (A) desta ata:-----

---“Considerando que: a) O Município do Funchal, de acordo com o estatuído na alínea m), do n.º 2, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, possui atribuições, a nível local, no âmbito da promoção do desenvolvimento, onde se enquadra a definição de políticas de incremento e sustentabilidade da atividade turística; b) Estatui a alínea u), do artigo 33.º do citado diploma que a Câmara Municipal tem competência para apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, entre outras; c) Em conformidade com o estatuído na alínea ff), do referido dispositivo legal, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; d) Atendendo à importância do setor do Turismo para o Município do Funchal, foi desenvolvida uma Estratégia Municipal para o Turismo; e) O Município do Funchal desenvolveu nos últimos meses um conjunto de ferramentas facilitadoras da fruição turística e que muito contribuem para o aumento do grau de satisfação de todos quantos nos visitam, nomeadamente uma nova aplicação móvel de visita, um novo *site* de turismo e o Funchal *Card*, entre outras; f) A AITRAM é uma associação representativa das empresas que legalmente exercem a atividade de transportes em Táxi ou de qualquer outra atividade afim na Região Autónoma da Madeira; g)

A AITRAM possui um espaço concessionado no Aeroporto da Madeira, localizado na zona de chegadas, que se encontra temporariamente encerrado e que pretende dinamizar através de uma parceria com o Município do Funchal; h) Os intervenientes reconhecem as vantagens de uma atuação conjunta, no sentido de proporcionar um serviço turístico de qualidade, na medida das suas competências. Assim, nestes termos, a Câmara Municipal do Funchal delibera: - Aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a Associação dos Industriais de Táxi da Madeira – AITRAM relativo ao regime de uso por parte do Município do Funchal de um espaço concessionado à AITRAM, localizado na zona de chegadas no Aeroporto da Madeira”.-----

---A propósito deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara enunciou as vantagens em assinar este acordo com a AITRAM, considerando que o espaço em causa encontra-se presentemente encerrado e que desta forma será reativado. A AITRAM beneficia porque poderá colocar os seus produtos à venda, de que constitui exemplo o “Taxi Voucher”. Por sua vez, o Município do Funchal poderá ter um posto onde pode comercializar o “Funchal Card” e dar a conhecer a oferta turística existente no Concelho. Os custos são reduzidos, pois a autarquia não pagará nenhuma quantia pelo uso do espaço, seja a título de renda ou qualquer outra, sendo que apenas terá de dotar o espaço de recursos humanos e demais logística necessária ao funcionamento. É uma excelente oportunidade para ambas as partes e com custos reduzidos.-----

---Intervindo, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus do PSD, questionou se foi emanado parecer jurídico acerca desta questão e onde está a autorização da entidade concedente do espaço à AITRAM, para que este protocolo possa ser efetivado. “Estamos perante uma iniciativa que é feita à revelia da entidade que gere o aeroporto e que poderá pôr em causa o contrato com a própria AITRAM. Nada temos contra a AITRAM nem contra a iniciativa, embora esse espaço sirva a toda a Região, mas o voto só poderia ser favorável se tivesse sido apresentado o parecer positivo da entidade gestora do aeroporto”, frisou -----

---Respondeu o Senhor Presidente da Câmara referindo que a questão foi analisada juridicamente e que essa autorização, como decorre da alínea b), do número dois da cláusula segunda, compete à AITRAM obter, não sendo obrigação da autarquia diligenciar por este aspeto.-----

---Pedindo a palavra, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, alegou que seria prudente obter a autorização previamente à aprovação desta minuta de protocolo.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, afirmou que isso seria defraudar as expetativas da AITRAM, para além de não acreditar que esta entidade avançasse para negociações com o Município sem ter a garantia de obter a referida autorização.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada com os votos a favor da Coligação Mudança e da CDU e votos contra do PSD.-----

-----**Declaração de voto do PSD:** - Os Vereadores do PSD fizeram

questão de vincar que não estão contra a assinatura do protocolo. Não concordam é com a forma como o processo foi conduzido, pois estão convictos que neste processo deveria estar a declaração da entidade concedente a autorizar este uso, documento sem o qual este protocolo nunca poderá ser assinado. Imaginemos que por exemplo nos espaços concessionados pela Câmara Municipal nos Mercados Municipais começavam a ter o mesmo tipo de atitudes. Mais referiram ser essencial saber qual a duração do contrato de concessão em que a AITRAM é parte. Esta é a explicação do voto contra esta proposta de protocolo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, retornou neste momento à sala, participando nos restantes trabalhos.-----

2 - HABITAÇÃO SOCIAL:-----

----- - Empreitada de “Empreendimento Habitacional da Quinta Falcão - 8 Fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores - Suspensão do prazo da entrega das propostas -

Ratificação de despacho: - Em presença do respetivo processo e considerando o despacho do Senhor Presidente, datado de catorze de novembro/dois mil e dezasseis, que aprovou, ao abrigo do estatuído no número três do artigo trinta e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a suspensão do prazo da entrega das propostas da empreitada mencionada em título, pelos erros e omissões identificados, a Câmara deliberou,

por unanimidade, ratificar o citado despacho nos termos do disposto previsto no número três do artigo sessenta e um, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, retroagindo os efeitos desta ratificação à data do despacho.-----

----- - **Empreitada de “Empreendimento Habitacional da Quinta Falcão – 30 Fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores – Suspensão do prazo da entrega das propostas –**

Ratificação de despacho: - Perante o respetivo processo e considerando o despacho do Senhor Presidente, datado de oito de novembro/dois mil e dezasseis, que aprovou, ao abrigo do estatuído no número três do artigo trinta e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a suspensão do prazo da entrega das propostas da empreitada em epígrafe, pelos erros e omissões identificados, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o citado despacho nos termos do disposto previsto no número três do artigo sessenta e um, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, retroagindo os efeitos desta ratificação à data do despacho.-----

3 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES: - A pedido de Sónia Maria Andrade Gouveia Coelho (proc.º 20763/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Gestão de Frota (refª 82V/DIE/DGF/2016), o

pagamento da indemnização no valor de € 278,88 (duzentos e setenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), pelos estragos causados na viatura Renault Clio, (matrícula 42-33-ZR), devido à deslocação de uma tampa da rede de saneamento, no Caminho dos Saltos, freguesia do Imaculado Coração de Maria.-----

----- - Em relação ao pedido de indemnização solicitado por Luis Miguel Matos de Castro Abreu (proc.º 15125/16), por danos causados na viatura Opel Tigra (matrícula 59-07-EP), devido à deslocação duma tampa de rede de saneamento na Estrada Conde Carvalhal, freguesia de Santa Maria Maior, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento no valor de € 437,43 (quatrocentos e trinta e sete euros e quarenta e três cêntimos) de acordo com a informação da Divisão de Património e Controlo (datada de 2016/11/11).-----

4 - SANEAMENTO BÁSICO:-----

----- - **Pagamento de dívida em prestações:** - Acompanhado da informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico, foi presente o processo de Luis Alberto Gonçalves Silva (número de consumidor 501708), (proc.º 43417/16), solicitando o pagamento em seis (6) prestações da dívida de € 1.186,32 (mil cento e oitenta e seis euros e trinta e dois cêntimos) correspondente ao consumo de água, da moradia sita à Rua da Pedra Sina, número quatro, freguesia de Santa Maria Maior, tendo sido unanimemente aprovado.-----

5 - PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Recomendação da CDU intitulada**

“Valorizar e dignificar os trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal”: - Foi apresentada pelo Senhor Vereador

Artur Andrade, da CDU, a Proposta de Recomendação em epígrafe do seguinte teor:-----

---“A Câmara Municipal do Funchal assumiu um conjunto de compromissos com o Movimento Sindical relacionados com um leque de questões que envolvem diretamente os trabalhadores e a valorização e dignificação dos mesmos. Na sequência dos compromissos assumidos, deve o Município, até final do ano de 2016, desencadear um conjunto de mecanismos com o objetivo de negociar um novo ACEEP (Acordo Coletivo com Entidade Empregadora Pública) que reforce os direitos de todos os trabalhadores, incluindo os das empresas municipais. Nesse sentido deverá desenvolver todos os mecanismos necessários para garantir a reposição de um conjunto de direitos dos trabalhadores, nomeadamente: a) A aplicação das 35 horas semanais para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo laboral; b) A melhoria do regime de férias, faltas e licenças em relação ao Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP); c) A reposição dos 25 dias de férias; Tendo em conta o facto de o Orçamento Regional para 2017 definir que seja retomado o pagamento do denominado “Subsídio de Insularidade” para os funcionários da Administração Pública Regional, e, sendo que ao nível da Administração Local, tal aplicação depende da vontade dos Municípios, deverá o Município avaliar e implementar as medidas

necessárias para garantir que esta compensação seja aplicada aos trabalhadores da autarquia. Estas constituem um conjunto de medidas que a Câmara Municipal do Funchal, no sentido de valorizar e dignificar os seus funcionários, de contribuir para a melhoria significativa das condições e qualidade de vida e bem-estar dos mesmos e das suas famílias, tem condições de garantir e implementar os mecanismos necessários para a sua real efetivação”.

---Em relação a esta proposta de recomendação, o Senhor Presidente da Câmara subscreve o conteúdo da mesma e afirmou que a melhoria das condições de trabalho dos profissionais camarários tem sido uma política afirmativa do Executivo, pelo que declarou que no que diz respeito ao subsídio da insularidade, e apesar de ainda não haver aplicação aos Municípios, assume politicamente, desde já, a reposição aos funcionários e colaboradores da Câmara Municipal, assim que esta seja discutida com os sindicatos.

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou se o processo iria ser desencadeado de imediato, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que iria iniciar as negociações com as associações sindicais logo que possível, embora não se pudesse comprometer quanto à data em que as mesmas seriam concluídas. Contudo, demonstrou confiança que tudo correria pelo melhor.

----- - **Proposta de Recomendação do CDS/PP, para**

Aditamento de um ponto ao Artigo 9º do “Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal”: - O Senhor Vereador do

CDS/PP, José Manuel Rodrigues, apresentou uma Proposta de Recomendação, para aditamento de um ponto ao Artigo 9º do Regulamento referenciado em título, do seguinte teor: “7 - As Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Associações que desenvolvam projetos que promovam o diálogo e o relacionamento intergeracional têm prioridade na decisão sobre os apoios municipais”.-----

---O Senhor Vereador subscritor da proposta elucidou que com o aditamento da presente norma, visa-se privilegiar o diálogo intergeracional, assumindo a opção de as associações e IPSS que tenham por escopo principal aquele objetivo, tenham prioridade na atribuição dos apoios municipais.-----

---O Senhor Presidente da Câmara declarou que no próximo procedimento de revisão do referido regulamento, a proposta do CDS/PP seria tida em conta.-----

---O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, não participou na discussão e votação dos processos que se seguem (*Pessoal – Processos Disciplinares*).-----

6 – PESSOAL:-----

-----**6.1 – Processos Disciplinares**: - Perante o processo disciplinar (nº 20/2016) instaurado ao funcionário (número 11039), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), a exercer

funções na Divisão de Remoção de Resíduos do Departamento de Ambiente, por falta de zelo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um (1) ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em face do processo disciplinar (nº 21/2016), instaurado ao funcionário (número 11045), Assistente Operacional, (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções na Divisão de Remoção de Resíduos, do Departamento de Ambiente, por falta de zelo e lealdade, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um (1) ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 23/2016), instaurado ao funcionário (número 8825), Assistente Operacional (Jardineiro), a exercer funções no Departamento de Ambiente (Cafeteria do Edifício dos Viveiros), por falta de zelo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por 1 (um) ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, retornou neste momento à sala.-----

7 – TOPONIMIA:-----

----- - **Atribuição do topónimo “Ladeira Manuel Augusto da**

Costa”: - Perante a proposta da Divisão de Fiscalização Municipal (I-2016/20898), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do topónimo “Ladeira Manuel Augusto da Costa”, ao arruamento com início no Caminho do Cemitério e sem saída, na freguesia de Santo António.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão Jurídica, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 375/2016, publicada nos locais de estilo.